

Notas sobre diversidade cultural e identidades de gêneros

Ana Maria Amorim Correia*

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre a diversidade cultural no momento de transição entre os governos Lula e Dilma Roussef, focalizando a forma como o discurso sobre a diversidade sexual vem sendo tratada no país. Entendendo as identidades sexuais dentro de uma perspectiva cultural, o artigo pretende apontar para reflexões sobre a garantia de direitos humanos e cidadania cultural para aqueles que não se enquadram dentro de uma cultura heteronormativa.

Palavras-chave: Diversidade Cultural; Diversidade Sexual; Políticas Públicas.

Abstract: This article intends to be a contribution to the debate of cultural diversity between governments of Lula and Dilma Roussef, focusing on how the discourse of sexual diversity has been treated in the country. Understanding sexual identities within a cultural perspective, the article proposes a reflection on the human rights and cultural citizenship for those who for those without an heteronormative expression.

Keywords: Cultural diversity; Sexual diversity; Policies.

Introdução

Uma das marcas das políticas culturais durante o governo Lula foi a diversidade cultural. Durante a gestão do ministro Gilberto Gil, a pauta foi discutida com

* Mestranda no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, na Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: amorimanamaria@gmail.com

profundidade, repensando desde o conceito de cultura a ser adotado pelo Ministério da Cultura (MinC) até o desenvolvimento de políticas públicas de cultura que poderiam assegurar a proteção e promoção das expressões culturais. Este foi inclusive o objetivo final de uma ampla articulação internacional para a consolidação de um tratado sobre a cultura, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em 2005.

O estímulo dos debates, porém, não passavam prioritariamente pela esfera da cultura. O esforço era notável por uma questão de mercado. Em um contexto de globalização, a cultura reforçou um *status* de indústria. O papel das indústrias culturais vinha apresentando uma história de ascensão exponencial desde o final do século XX. Já no início do século XXI, tais indústrias representaram o segundo setor exportador para os Estados Unidos e, na América Latina, a situação não era diferente, com a participação das indústrias culturais no Produto Interno Bruto (PIB) equivalente a 1,5% na Bolívia, 3,2% no Brasil e 2,3% no Uruguai.¹

Junto ao apelo comercial, havia o recorrente tema dos conflitos entre nações. A diversidade cultural, portanto, além de se vestir com discursos de resistência à mercantilização da cultura, é posta como uma bandeira de paz. Emblemática, a Alemanha nazista foi um exemplo recorrente para que a explanação dos direitos culturais fosse ampliada. A política de extermínio daqueles que não pertencessem à raça superior ariana bem como a destruição de obras que fossem denominadas de “degeneradas” ilustram o teor de intolerância de um Estado, onde a cultura era mais um dos instrumentos do poder. Esta visão, vista na história recente com grande facilidade durante o nazismo alemão, foi difundida por séculos dentro da Antropologia, quando a diversidade era vista como uma aberração, uma fuga do modelo correto, representado pelo “civilizado”. Na antiguidade grega, aqueles que não compartilhassem dos valores da helenidade eram “bárbaros”. Durante o Renascimento e séculos XVII e XVIII, o diverso passa a ser classificado como “selvagem”, uma forma de opor o animal (a

¹ Dados de 2003 extraídos do artigo “O audiovisual brasileiro e a diversidade cultural”, de Geraldo Moraes, no livro *Direitos Culturais e a Convenção da Cultura*.

cultura do outro) ao humano (a minha cultura). Estas expressões, na teoria, justificaram práticas de dominação e exploração durante séculos, visivelmente expressas nas descrições dos povos da América do Sul e África pelos navegantes e pesquisadores europeus.²

Este receio das intolerâncias baseadas na cultura do outro fortalecerem conflitos pode ser encontrada no preâmbulo da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), de 1945, que afirma que “a ignorância dos modos de vida uns dos outros tem sido uma causa comum, através da história da humanidade, de suspeita e desconfiança entre os povos do mundo, causando guerras”.³

Assim, pensar a diversidade cultural surgia como uma das formas de se pensar a cultura da paz, expressão encontrada vastamente nos discursos governamentais pós-guerra. Esta preocupação não se limitava apenas ao caráter internacional, no respeito às culturas existentes nas outras nações, mas também na cultura da paz internamente, visto que, apesar dos estereótipos dos países a partir de uma determinada cultura hegemônica, tais países sustentam uma pluralidade de manifestações culturais. Esta preocupação é enfatizada pelo relatório “Nossa diversidade criadora”, da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento:

Um país não abriga apenas uma única cultura. Muitos países – provavelmente a maioria deles – são multiculturais, multinacionais, multiétnicos e contêm uma multiplicidade de línguas, religiões e estilos de vida. Um país multicultural pode colher grandes benefícios de seu pluralismo, mas também pode correr o risco de produzir conflitos culturais; é nesse contexto que a política governamental aparece como um elemento importante.⁴

² LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 40.

³ UNESCO apud GRUMAN, Marcelo. A UNESCO e as políticas culturais no Brasil. In: Políticas Culturais em Revista, vol. 2, 2008, p. 174-186.

⁴ CUÉLLAR, Javier Pérez de. Nossa diversidade criadora – Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas: Papirus, Brasília: Unesco, 1997, p. 34.

Neste contexto, portanto, a diversidade cultural aparece como uma forma de defender a liberdade das expressões de um país, sendo uma forma de coexistência que valorize a paz social, superando as limitações do etnocentrismo. O que aparece por causa de uma dificuldade entre as economias mundiais de encontrar uma solução para o tratamento de bens culturais ganha uma dimensão ampliada, trazendo a discussão da convivência pacífica entre as culturas, o respeito a elas e a ação do Estado para a proteção e promoção destas expressões. Apesar de o primeiro apelo ser de ordem comercial, nota-se um esforço para que a cultura não fosse vislumbrada como um meio para o desenvolvimento, mas como o resultado deste.

Apontamentos sobre cultura e gênero

O que não está em nenhuma parte da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais é que “o corpo já nasce maculado pela cultura”⁵. A ausência do corpo como lugar de cultura no texto da convenção pode ser entendido pela multiplicidade de formas de Estados que estavam negociando o acordo, visto que a laicização dos Estados não foi um evento uniforme e, ainda que laicos, muitos Estados respondem a grupos de poder que se caracterizam por premissas religiosas incompatíveis com uma visão do corpo e sexualidade que não sejam normativas.

No Brasil, porém, uma das ações tomadas após a ratificação da convenção foi a criação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SID), que teve como principal função a abertura de editais e prêmios através do Programa Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural para contemplar culturas de minorias.

A SID foi criada para promover e fomentar o segmento da diversidade cultural brasileira, trazendo ao MinC, como temas, as culturas populares, indígenas, ciganas, de movimentos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, bem como as culturas rurais, dos estudantes ou ainda relativas à diversidade etária e à saúde mental. A Secretaria foi constituída,

⁵ BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo – sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 89.

principalmente, para atender aos grupos sociais e culturais até então desconsiderados pela ação pública.⁶

Ou seja, o país incluía nas ações do Estado a possibilidade de interpretar a sexualidade dentro da esfera cultural:

O sexo não é exterior à cultura e à história, pois a maneira de olharmos para as diferenças anatômicas, os sistemas de classificações que adotamos etc. são, desde já, construções culturais que variam dependendo do contexto histórico. Em outras palavras, o corpo é sempre visto através de uma interpretação social, de modo que o sexo não pode ser visto independentemente do gênero.⁷

Esta ação do Estado não significa uma plena aceitação da sociedade que ele representa para esta causa. Conforme dados expostos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) através do Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais de 2010⁸, foram registrados 260 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil. Isto representa um aumento de 113% de assassinatos nos últimos cinco anos e coloca o Brasil como o país onde mais acontecem mortes motivadas pela sexualidade.

O assassinato é uma das formas mais visíveis e usadas para expressar essa marca da sociedade brasileira, mas as violências acontecem de outras formas, como a injúria, o insulto e a piada, ou ainda, pela invisibilidade do debate sobre sexualidade, aqui não apenas questionando a homossexualidade e outras experiências de gênero como também a própria heterossexualidade enquanto construção cultural. Estas violências se ancoram no discurso essencializador da cultura dominante, que coloca uma

⁶ MIGUEZ, Paulo. In: LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia (org.). Diversidade Cultural. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2005, p. 21.

⁷ PELÚCIO, Larissa. Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. Disponível em <[http://www.ufpe.br/revistaanthropologicas/internas/volume15\(1\)/Artigo%205.pdf](http://www.ufpe.br/revistaanthropologicas/internas/volume15(1)/Artigo%205.pdf)>. Acesso em 20/05/2011.

⁸ Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais de 2010 realizado pelo Grupo Gay da Bahia. Disponível em <<http://blogt3.institutosois.org/2011/04/relatorio-anual-de-assassinato-de.html>>. Acesso em 20/05/2011.

determinada expressão cultural em uma zona de conforto. Isto, no debate de gêneros e sexualidades, é explicitado pela heteronormatividade.

O termo especifica a tendência, no sistema ocidental contemporâneo referente ao sexo-gênero, de considerar as relações heterossexuais como a norma, e todas as outras formas de conduta social como desvios dessa norma.⁹

Dentro desta norma estaria o que Judith Butler designou como gênero inteligível, a forma hegemônica de conceber as expressões da sexualidade. Gêneros inteligíveis são “aqueles que mantêm e instituem relações de coerência e continuidade entre o sexo, gênero, desejo e prática sexual”¹⁰. Com isto, no discurso naturalizador da heteronormatividade, o sexo já é, antemão, generificado, ou seja, já se espera uma conduta a partir da formação biológica do corpo: genitálias femininas conduziram a uma identidade feminina, um desejo pelo sexo oposto e uma prática sexual dentro das normas da sociedade.

Esta normalização também se afirma a partir de uma construção binária. Assim, as divisões de pares tidos como de valores opostos pressupõem um valor naturalizante para um dos lados e um valor de anormalidade ao outro, segundo Halperin.

El binarismo heterossexual/homossexual es una producción homofóbica, así como el binarismo hombre/mujer es una producción sexista. En ambos casos hay dos términos, el primero de los cuales no está marcado y no es problematizado – designa ‘la categoría a la cual se supone que todo el mundo pertenece’ (a menos que alguien sea marcado específicamente como diferente), mientras que el segundo está marcado y es problematizado: designa una categoría de personas que se *diferencian* en algo de las personas normales, no marcadas¹¹.

⁹ SPARGO, Tamsin. Foucault y la teoría queer. Barcelona: Gedisa, 2004, p. 86.

¹⁰ BUTLER, Judith. Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 48.

¹¹ HALPERIN, David. San Foucault: para una hagiografía gay. Trad. Mariano Serrichio. Argentina: Ed. Literales, 2007, p. 65.

Este recurso de colocar o outro como diferente, estranho, indesejável, foi recorrente na construção simbólica das sexualidades. Um exemplo recorrente está na forma como os governos trataram a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids). Apesar de seu potencial de propagação ser determinado, entre outras possibilidades, pelas relações sexuais, independente se entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos opostos, a Aids foi tratada como uma doença relacionada aos homossexuais. Isto implicou vazios em respostas governamentais e reações conservadoras que pregavam a doença como um castigo ou como uma possibilidade de limpeza da nação dos seres homossexuais.

La crisis del sida puso de manifiesto que la construcción social de los cuerpos, su represión, el ejercicio del poder, la homofobia, la exclusión social, el colonialismo, la lucha de clases, el racismo, el sistema de sexo y género, el heterocentrismo, etc., son fenómenos que se comunican entre sí, que se producen por medio de un conjunto de tecnologías complejas, y que la reacción o la resistencia a esos poderes exige asimismo estrategias articuladas que tengan en cuenta numerosos criterios: raza, clase social, género, inmigración, enfermedad...¹²

A naturalização da heterossexualidade e das normas que a guiam, portanto, foi enfraquecendo a partir do enfrentamento político feito por aqueles que não se encaixaram neste sistema cultural. Trazer a sexualidade para a discussão dentro da cultura significaria não apenas buscar o reconhecimento de identidades diferentes das normativas como legítimas e inscrevê-las dentro dos direitos humanos, como também colocar em xeque a rigidez da heteronormatividade.

Além de afirmar as identidades dos segmentos que representamos, também precisamos problematizar as demais identidades. Por exemplo: LGBTTTs podem, se assim desejarem, problematizar a identidade dos heterossexuais, demonstrando o quanto ela também é uma construção, ou melhor, uma imposição sobre todos. Assim, em vez de pensarmos que as

¹² SÁEZ, Javier. El contexto sociopolítico de surgimento de la teoría queer. In: CÓRDOBA, David, SÁEZ, Javier e VIDARTE, Paco. Teoría queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Madrid: Ed. Egales, 2007, p. 69.

nossas identidades são naturais, no sentido de que nascemos com elas, iremos verificar que nenhuma identidade é natural, que todos resultamos de construções culturais.¹³

Diversidade cultural, diversidade sexual: o kit anti-homofobia

No governo Lula, como explanado neste artigo, o Estado caminhava para uma compreensão ampliada de cultura e, institucionalmente, pode-se apontar para a criação de uma secretaria sobre o tema. Na transição para o governo Dilma Roussef, a secretaria muda de nome, sendo agora chamada de Secretaria da Cidadania Cultural. No que diz respeito a política pública para situações de gênero ou orientação sexual, uma das propostas do governo foi a implantação de um kit educativo anti-homofobia nas escolas, produzido pelo Ministério da Educação através do projeto Escola sem Homofobia.

Rapidamente batizado de “kit-gay” por aqueles que eram contra a proposta, por enxergarem patologicamente a expressão sexual não-heteronormativa, a proposta foi acusada de ensinar as pessoas a serem homossexuais. A pressão contra a aprovação do kit se agravou e as pressões políticas em torno deste projeto fizeram com que a presidente Dilma Roussef cancelasse a implantação do kit, alegando conteúdo impróprio daquele material (e possibilitando que fosse uma questão de forma inadequada da apresentação) e solicitando maior atenção para as questões de “costume”. Para Berenice Bento, a ausência do debate sobre sexualidade dentro das escolas possui efeitos antidemocráticos, visto que resulta em exclusão social baseada em preconceito cultural.

Imaginem o sofrimento de um estudante que precisa freqüentar a escola, mas sabe que ali será agredido física e psicologicamente. Uma das mulheres transexuais que entrevistei afirmou: “Era um horror. Na hora do recreio eu ficava sozinha. Ninguém brincava comigo. Eu me sentia uma leprosa. Por várias vezes, a professora viu os meninos me xingando de viadinho e ela só fazia rir.” O riso da professora seria um costume? Desnecessário afirmar

¹³ COLLING, Leandro. Desnaturalização da Heterossexualidade. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1705201107.htm>>. Acesso em 20/05/2011.

que esta mulher transexual, como tantas outras, não conclui seus estudos. Os indicadores de sucesso e fracasso escolar, ou evasão, subestimam a variável violência homofóbica.¹⁴

Os entraves da aprovação do kit, desconsiderando os jogos ocultos que possam intermediar tais debates, foram expostos a partir de premissas que o governo Lula apontava como horizonte de superação. O discurso de Dilma Rousseff, simbolicamente, reforçou os argumentos que negam às sexualidades a compreensão de identidades culturais, portanto construídas.

O uso do “costume” como justificativa ainda se tornou perigoso, visto que colocou na esfera das repetições uma justificativa que pode ser ampliada para a inferiorização de outras manifestações culturais. Onde estaria aqui, portanto, o acúmulo brasileiro sobre as questões da diversidade cultural? O país enfrenta assim a dificuldade de colocar o mesmo debate que o fez forte dentro das discussões para a convenção da Unesco dentro de políticas delegadas a outros ministérios.

O governo aponta uma estratégia correta: transversalizar a diversidade cultural nas atuações do Estado. Para uma efetiva política de respeito à diversidade cultural, no caso específico da diversidade sexual, avanços são necessários na esfera da saúde e educação, por exemplo, em conjunto com ações do Ministério da Cultura. Ao mesmo tempo, a fragilidade para atender às necessidades destes cidadãos é evidenciada pelas articulações políticas – que envolvem uma bancada conservadora de valores evangélicos, incluindo a associação da homossexualidade com patologias – e ausência de clareza sobre a diversidade sexual enquanto diversidade cultural.

Considerações finais

Para uma política (seja de cultura, de educação ou de saúde) que considere a diversidade cultural e que, portanto, contemple a diversidade sexual, não basta ter um Estado laico e empenhado com a garantia da cidadania cultural. É preciso que se

¹⁴ BENTO, Berenice. Heterossexualidade e poder. Disponível em <http://culturaesociedade.com/abeh2011/index.php?option=com_content&view=article&id=75:heterossexualidade-e-poder&catid=38:publicacoes>. Acesso em 05/06/2011.

reconheçam as identidades de gênero como expressões culturais e que sejam garantidas formas de educar a sociedade para o fim de preconceitos que cerceiam estas questões.

A garantia de políticas públicas passa pelo conhecimento da causa que, para além da filosofia, cai sobre a materialidade destes sujeitos. Para aplicação de políticas para mulheres e negros, por exemplo, o Estado trabalha considerando números de mapeamentos da sociedade para que a atuação possa ser eficaz e justificável. No Brasil, este quesito precisa ser ampliado para as questões de gênero, através do mapeamento de dados que responda as questões identitárias quanto à sexualidade, como, por exemplo, a quantidade de alunos na rede pública que são travestis ou transgêneros que completam o ensino fundamental ou que ingressam nas universidades públicas. A ausência deve ser incluída como integrante de um diagnóstico que aponte para possíveis causas.

A atuação do Estado deve primar pela não-hierarquização das culturas. Assim como a igualdade entre homens e mulheres ou entre brancos e negros foi vista como fora do “costume” em épocas anteriores na história, a igualdade entre as identidades sexuais é assim assimilada por parte da população. O enfrentamento, a partir da lógica dos direitos humanos e da cidadania, deve ser integrado às ações do governo. Isso também inclui a percepção de que nenhuma identidade sexual pode ser compreendida, hoje, fora de um sistema cultural de significados, incluso a heterossexual.

Trabalhar com discursos onde a expressão sexual que não seja heteronormativa sejam, por causa disso, patológicos, estranhos, repulsivos e contra uma ordem natural significa desumanizar esta diversidade. “Pessoas que vivem em paradoxos identitários estão sujeitas ao não-reconhecimento por manterem uma relação crítica com as normas e, portanto, serem consideradas menos humanas do que as ‘ajustadas’, as ‘normais’”¹⁵. Cabe ao Estado reconhecer que estas pessoas possuem direitos humanos e, portanto,

¹⁵ PEREZ PINO, Nádía. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. In: Cadernos Pagu, n. 28. Campinas: Unicamp, 2007, p. 165. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/08.pdf>>. Acesso em 20/05/2011.

enfrentar a efetivação desta cidadania em todas as esferas onde o poder do Estado possa ser exercido.

Sendo parte de uma história recente, a diversidade cultural corre o risco de passar apenas como uma das expressões de moda dos discursos de cultura. No Brasil, essa realidade pode ser costurada de forma a alcançar resultados promissores, devendo, para isso, fazer a avaliação constante das políticas desta área, com propostas para renovações e, ainda, ampliação de investimentos no setor. O Brasil possui, portanto, os desafios de manter as culturas para os povos minoritários, discutindo com estes as necessidades no campo da cultura, para que a partir deste diálogo, políticas culturais se fortaleçam e, por conseguinte, a diversidade cultural seja visualizada na prática cotidiana.

Referências bibliográficas

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo – sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. *Heterossexualidade e poder*. Disponível em <http://culturaesociedade.com/abeh2011/index.php?option=com_content&view=article&id=75:heterossexualidade-e-poder&catid=38:publicacoes>. Acesso em 05/06/2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Leandro. *Desnaturalização da Heterossexualidade*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1705201107.htm>>. Acesso em 20/05/2011.

CÓRDOBA, David, SÁEZ, Javier e VIDARTE, Paco. *Teoría queer*. políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Madrid: Ed. Egales, 2007.

CUÉLLAR, Javier Pérez de. *Nossa Diversidade Criadora – Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas: Papirus, Brasília: Unesco, 1997.

GRUMAN, Marcelo. *A UNESCO e as políticas culturais no Brasil*. In: Políticas Culturais em Revista, vol. 2, 2008.

HALPERIN, David. *San Foucault: para una hagiografía gay*. Trad. Mariano Serrichio. Argentina: Ed. Literales, 2007.

INSTITUTO SOIS. *Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais de 2010 realizado pelo Grupo Gay da Bahia*. Disponível em <<http://blogt3.institutosois.org/2011/04/relatorio-anual-de-assassinato-de.html>>. Acesso em 20/05/2011.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia (org.). *Diversidade Cultural Brasileira*. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2005.

PELÚCIO, Larissa. *Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo*. Disponível em <[http://www.ufpe.br/revistaanthropologicas/internas/volume15\(1\)/Artigo%205.pdf](http://www.ufpe.br/revistaanthropologicas/internas/volume15(1)/Artigo%205.pdf)>. Acesso em 20/05/2011.

PEREZ PINO, Nádia. *A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos*. In: Cadernos Pagu, n. 28. Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/08.pdf>>. Acesso em 20/05/2011.

SPARGO, Tamsin. *Foucault y la teoria queer*. Barcelona: Gedisa, 2004.

UNESCO. *Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais*. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>. Acesso em 05/01/2001.